

CNBB vê mudança no documento-base

Idéia é refletir experiência popular

CARLOS DE OLIVEIRA

Enviado Especial

No primeiro dia de análise efetiva do documento-base da 20.^a Assembléia Geral da CNBB, que se realiza em Itaici, no Município de Indaiatuba, e cujo tema central é "Uso do Solo e Ação Pastoral", os cerca de 300 bispos começaram a propor alterações, a fim de que o documento final seja bastante simples e acessível, destacando as experiências populares, a necessidade de moradia para todos e as causas principais dos problemas urbanos. Alguns bispos chegaram a propor uma profunda reformulação de todo o documento, entre eles o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, que semanas antes do início da Assembléia enviou suas propostas de alteração.

Desde a manhã de ontem os bispos estão reunidos em 22 grupos de estudos. Segundo o bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Afonso Gregori, seu grupo de trabalho já apresentou 16 emendas ao texto preliminar. Pessoalmente, ele acredita que o documento-base da Assembléia poderia dar um destaque maior "a todo o dinamismo dessas populações de baixa renda, que aparece um tanto escondido por trás de dados estatísticos".

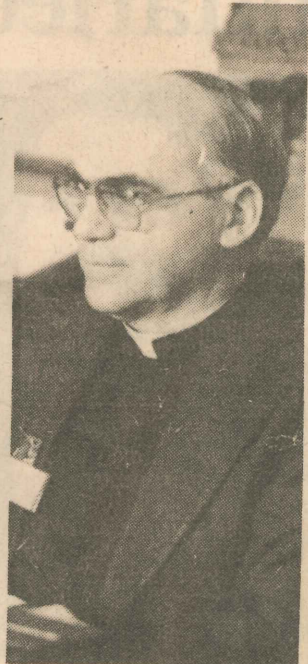
Para o arcebispo de Curitiba, dom Pedro Fedalto, a Assembléia deverá apresentar um documento "concreto, simples, acessível, que reafirme a opção preferencial pelos pobres e tenha presente a dignidade da pessoa humana". Ele defendeu a divulgação de um texto abordando estritamente os problemas do solo urbano e, de maneira mais particular, o direito à moradia, "que toda pessoa humana deve ter".

Em sua opinião, "hoje a estrutura da cidade visa a privilegiar o Centro, que é o seu cartão de visitas, ha-

Fotos Oswaldo Amorim



D. Aldo Gerna



Dom Pedro Fedalto.

vido necessidade de maior número de moradias. Para que isso aconteça é preciso uma lei que favoreça o loteamento subsidiado".

O bispo de São Mateus (Espírito Santo) dom Aldo Gerna, disse que seu grupo deverá pedir uma nova redação do documento-base. Para ele, "o problema urbano não se resolve enquanto não se resolve o problema rural". O bispo mencionou ainda a "má distribuição das riquezas e os salários insuficientes", frisando que "se houver participação do povo, ele também encontrará soluções". Nesse sentido, defendeu que o documento final do encontro tenha "clareza e simplicidade, mas que seja incisivo nos problemas básicos, entre eles o direito de propriedade e a maior participação do povo".

"APROPRIAÇÃO INJUSTA"

"Diversas vezes no texto do documento há certas expressões que absolutizam, que retiram a indispen-

preliminar afirma-se que a remoção de favelas no Rio de Janeiro "se demonstrou ineficaz para resolver o problema da moradia das famílias de baixa renda". Para dom Eugênio, o parágrafo "apresentou o aspecto negativo e foi "omitido um outro lado da realidade: a construção de muitas centenas de milhares de casas", onde "continuam a morar muitos pobres", que "pagam em dia seu débito".

O cardeal Sales criticou também o parágrafo 60 do documento base, onde se afirma que "dada a insistência perversa, mas coerente com o modelo de desenvolvimento escolhido por poucos e imposto no País, em basear todos os planos de moradia popular, mesmo os de interesse social, em empreendimentos empresariais de tipo capitalista cuja força motora é o lucro, não é de estranhar que a faixa da população que tem até três salários mínimos de renda familiar, não tenha sido atendida na sua necessidade básica de moradia".

“APROPRIAÇÃO INJUSTA”

“Diversas vezes no texto do documento há certas expressões que absolutizam, que retiram a indispensável serenidade de um documento episcopal. Qualquer semelhante com atitude polêmica gera naturalmente reações contrárias, dificultando resultados que iriam beneficiar os necessitados. O bem do necessitado deve ser prioritário. Necessária, pois uma profunda reformulação de todo o documento.”

A afirmação é do relatório do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales. Ele não concorda com a expressão “apropriação injusta do solo”, utilizada no documento-base, sugerindo sua substituição por “injustiça na posse do solo”. No parágrafo 28 do texto

estranhar que a faixa da população que tem até três salários mínimos de renda familiar, não tenha sido atendida na sua necessidade básica de moradia”.

“GENERALIZAÇÃO”

Dom Eugênio afirma ainda que “há empreendimentos não empresariais possíveis de serem realizados, pelo menos em parte”. Depois de destacar que “a generalização é incorreta”, o cardeal elogiou o programa de erradicação de subabitações do BNH. Mais adiante, afirmou “ter encontrado boa vontade, desejo de acertar, sinceridade por parte do presidente do BNH”.

O cardeal questionou também o parágrafo 71 do texto-base que afirma: (...) “A Igreja perderia credibilidade se não se preocupasse com o problema do solo urbano.” Para o cardeal, “a credibilidade da Igreja não está na razão de sua preocupação com o solo urbano. Creio que a Igreja perderá mais credibilidade se não voltar sua atenção para os problemas nitidamente religiosos”.

Dom Eugênio questionou também a afirmação de que “o Governo, mantendo os privilégios da minoria rica, só concede o mínimo de melhoria aos pobres na iminência de distúrbios sociais graves ou de derrota eleitoral”. As concessões são feitas como gestos da benemerência oficial e não como atendimento a um direito do povo”. Para ele, a afirmação é exagerada, pois “há também concessões por motivação ao menos aparentemente nobre. Por exemplo, caso dos direitos concedidos às domésticas (férias, Previdência Social), a aposentadoria rural etc”.

Novo documento de identidade está em estudo

O ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, está estudando a criação de um documento único de identificação oficial, englobando a carteira de identidade, a de motorista (C.N.H.) e dados relativos ao CIC, registro profissional (OAB, Crea, CRM, etc) e outros. Também haverá campo especial para ser incluída autorização para o transplante de rins, córneas e outros órgãos.

A informação foi dada ontem, em Presidente Prudente, pelo secretário da Desburocratização de São Paulo, Fausto Rocha. Ele disse que as primeiras carteiras deverão ser emitidas nos próximos meses.